



Mário Abrantes

# Malfeitorias e atrocidades com a saúde pública

Antes do mais a minha vénia e profundo respeito pelos que estão combatendo com denodo e risco de vida na batalha contra os incêndios, bem como os profundos sentimentos de pesar pelos que já nela pereceram, bombeiros em particular. Pesar estendido às famílias dos civis que, por causa dos fogos deste ano, também perderam a vida ou as suas casas e haveres.

**MALFEITORIAS** - Esta semana (dia 16, segunda) passaram 45 anos sobre a consagração constitucional (artº 64º) do Serviço Nacional de Saúde (SNS), uma conquista de Abril, mais tardia que outras, mas igualmente revolucionária e que assumiu a forma de gestão própria (Serviços Regionais de Saúde) no caso particular das regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Tal como sucedeu, também, com outras importantes conquistas constitucionais consagradas cujas matrizes revolucionárias apesar de tudo persistiram até hoje, a direita, nomeadamente o PSD, procurou (e parcialmente conseguiu) delapidar o carácter profundamente democrático do SNS tentando obscurecer a garantia da sua gratuitidade universal (que passou a “tendencial”), e ainda, entre outras descaracterizações, retirar ao Estado responsabilidades na produção de medicamentos e afins, fazendo assim disparar os seus custos.

Vendo bem, e por muitas profissões de fé (para eleitor ouvir) que os tradicionais partidos de direita, agora no poder, sempre proclamam quanto à defesa do SNS, os seus ataques (juntando hoje o IL e o Chega) à essência democrática profunda deste serviço público já vêm desde a criação legal do SNS. De facto, em 1979 a Assembleia da República aprovou a criação do Serviço Nacional de Saúde com os votos favoráveis do PS e do PCP, E OS VOTOS CONTRÁRIOS DO PSD E DO CDS...

E só desta forma se compreende que hoje, num contexto muito grave em que, por falta de financiamento e de planificação adequados, o SNS não está a conseguir dar resposta à sua missão em diversas frentes, um

governo do PSD/CDS/PPM se mostre claramente empenhado em piorar as coisas (chamando-lhe “reforma estrutural”) e entregue aos grandes grupos privados 8 mil milhões de euros do orçamento da saúde ou dezenas de Centros de Saúde, ignorando as justas reivindicações dos profissionais do ramo e dos utentes para melhorar a resposta daquele que tem de ser por lei um serviço público de qualidade, gratuito e universal (veja-se o caso das urgências, INEM, meios de diagnóstico e tratamento, consultas, médicos de família e tantas outras áreas).

**ATROCIDADES** - Também na segunda, dia 16 de setembro, acrescentar aos 42 000 palestinianos inocentes (maioria crianças, idosos e mulheres) mortos pelas bombas e balas do exército israelita invasor, uma outra barbaridade cruel e impiedosa sobre os habitantes do território palestiniano da faixa de Gaza, promovida pelo governo sionista de Israel, foi assinalada pelo Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos, à qual chamou “bomba silenciosa”:

Afetando cerca de um milhão e setecentos mil palestinianos, Israel cortou o abastecimento público de água e de energia elétrica à faixa de Gaza, tornando também por esta via inoperacionais as centrais de dessalinização que garantiam o abastecimento já antes muito limitado de água potável naquele território e fazendo alastrar várias doenças, como a diarreia, a desintéria ou a hepatite A, que irão vitimar e, garantidamente, fazer sucumbir nas próximas semanas um número indeterminado de palestinianos, principalmente crianças e bebés.

Porque é que os senhores que o mundo governam e que tanto exaltam os direitos humanos, ou atacam e sancionam aqueles que (na sua opinião) os não respeitam e, frequentemente em seu nome, fomentam até a guerra e a violência pelos quatro cantos do planeta, têm, no caso concreto da Palestina, consentido e até apadrinhado este comportamento nazi, esta barbárie terrorista e genocida, do governo sionista de Israel sobre os palestinianos?

## Câmara Municipal da Lagoa faz balanço positivo do transporte de refeições escolares

Este ano, pela primeira vez, a Câmara Municipal da Lagoa assegurou o transporte das refeições, durante o período de férias escolares, dos alunos que frequentam a rede de Centro de Atividades de Tempos Livres - CATL do concelho. Assim, de 19 de Junho a 6 de Setembro, foram distribuídas mais de 4000 mil refeições aos 8 Centros existentes no concelho, incluindo os alunos da Escola Básica Integrada da Lagoa e da Escola Básica Integrada de Água de Pau.

Esta medida de apoio da autarquia, no que diz respeito ao transporte realizado pela empresa que confeccionava a alimentação, permitiu assegurar uma refeição integral e equilibrada a 270 crianças, durante os meses de férias escolares.

De salientar que, este trabalho só foi possível, graças ao esforço contínuo das várias equipas de pessoal interno dos CATL e ao envolvimento e confiança dos encarregados de edu-

cação em toda a dinâmica.

A autarquia, desde o início, que uniu esforços, internos e externos, para que fosse possível entregar a horas e nas devidas condições técnicas as refeições a cada CATL.

Tratou-se, assim, de um investimento da edilidade com um retorno muito positivo, porque permitiu auxiliar todos os encarregados de educação e as crianças, que com comodidade tiveram o seu almoço assegurado.



## Autarquia de Vila Franca do Campo abre candidaturas às Bolsas de Estudo de Apoio ao Ensino Superior

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, Ricardo Rodrigues, determinou a abertura do período destinado à apresentação de candidaturas com vista à atribuição de Bolsas de Estudo de Apoio ao Ensino Superior, cujo prazo decorre até 25 de Outubro de 2024.

As Bolsas de Estudo de Apoio ao Ensino Superior destinam-se aos es-

tudantes economicamente carenciados que ingressem ou frequentem o ensino superior, cujo agregado familiar tenha residência no concelho, como previsto no Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo.

O documento considera também a atribuição de bolsas de estudo por mérito escolar, independentemente das condições económicas e financeiras do

agregado familiar do aluno.

O formulário para submissão de candidatura está disponível no sítio web da Câmara Municipal através do link: <https://www.cmvfc.pt/balcao-virtual/formularios-by/>.

Para mais informações ou esclarecimentos, os interessados deverão contactar o Gabinete de Acção Social da autarquia, através do número 296

539 116 ou do e-mail: [geral@cmvfc.pt](mailto:geral@cmvfc.pt).

Com a atribuição de bolsas de estudo, a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo está a contribuir para proporcionar a todos os jovens alunos do concelho igualdade de oportunidades na prossecução de estudos, premiando também o esforço e a dedicação dos estudantes na obtenção de boas notas.